

**RE nos EDcl no AgRg nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.714 - RJ (2019/0053982-6)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : FABIO GUIMARAES SALLES ABREU**  
**RECORRENTE : RODRIGO GUIMARAES SALLES ABREU**  
**ADVOGADOS : LUIZ RENATO GASTIN DOS SANTOS - ES004199**  
**FREDERICO POZZATTI DE SOUZA E OUTRO(S) - ES019811**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso extraordinário, interposto por FABIO GUIMARÃES SALLES ABREU e RODRIGO GUIMARÃES SALLES ABREU, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quinta Turma deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 526):

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SUSPENSÃO DA AÇÃO PENAL. RECURSO ESPECIAL CONTRA ACÓRDÃO CONCESSIVO DE ORDEM DE *HABEAS CORPUS*. CABIMENTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL APRESENTADO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que a decisão concessiva de *habeas corpus* é passível de ser impugnada por meio de recurso especial, como feito pelo *Parquet*.

2. A pretensão recursal fundada na alínea "c" do permissivo constitucional foi conhecida devidamente, uma vez que houve a demonstração do dissídio jurisprudencial nos termos em que exigido pela legislação processual de regência (art. 1.029, § 1º, do CPC, c/c o art. 255, § 1º, do RISTJ).

3. Agravo regimental não provido.

Os embargos de declaração opostos na sequência foram rejeitados (fls. 545/548).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 552/562), sustentam os recorrentes, em síntese, que está presente a repercussão geral da questão tratada e que o acórdão recorrido violou o disposto no artigo 105, inciso II, da Constituição Federal, alegando, para tanto, ser inadmissível a interposição de recurso especial contra decisão concessiva de *habeas corpus*.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 569/572.

É o relatório.

**O recurso extraordinário não comporta seguimento.**

Com efeito, o que se pretende, ao fim e ao cabo, é discutir a questão relativa ao preenchimento dos pressupostos de admissibilidade recursal, na medida em que, no entender dos recorrentes, o recurso especial seria incabível, vez que interposto contra decisão concessiva de *habeas corpus*.

Todavia, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) **3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto).** 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Cumprе ressaltar que o acórdão impugnado negou provimento ao agravo regimental, mantendo decisão monocrática que conheceu do agravo para dar provimento

# *Superior Tribunal de Justiça*

ao recurso especial interposto pelo ora recorrido, por entender ser cabível a interposição do recurso especial contra decisão concessiva de *habeas corpus* e em razão de o dissídio jurisprudencial ter sido devidamente demonstrado. Inequívoca, pois, a incidência do Tema 181/STF à hipótese dos autos.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente